

Campinas, 17 de maio de 2022.

Ref.: Reunião da Comissão Assessora de Mudança Ecológica e Justiça Ambiental da Diretoria Executiva de Direitos Humanos (DeDH) com o Magnífico Reitor Prof. Dr. Antonio José de Almeida Meireles para solicitação de apoio à proposta para construção de uma política de ambientalização da universidade coordenada, abrangente e de impacto, para a ciência e para a sociedade.

**Ao Magnífico Reitor
Prof. Dr. Antonio José de Almeida Meirelles,**

A universidade precisa assumir um protagonismo maior em relação ao futuro do planeta

Novo cenário, novas decisões

Há 30 anos, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Rio 92, contribuiu de forma decisiva para que o conceito de "desenvolvimento sustentável" se firmasse como elemento orientador da luta pela conservação ambiental. Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) lançados em 2015 pela Organização das Nações Unidas deram maior tangibilidade ao conceito e aos alvos a que deveriam corresponder. Apesar do relativo sucesso educacional da iniciativa, a falta de planos concretos, profundos e sistêmicos por parte dos governos reduziu drasticamente o impacto dos compromissos assumidos desde então. Desse modo, chegamos em 2021 ao cenário crítico descrito pelo 6o. Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) que conclui, a partir do exame de mais de 14 mil artigos científicos, que o aumento médio da temperatura global previsto para 2100 agora é estimado para acontecer em 2040. Portanto, o atraso no progresso da agenda da proteção ambiental e a ameaça efetiva que representa para a biosfera, exigem que as decisões políticas, as transformações culturais e a ciência das mudanças ambientais se coloquem em **um novo patamar** de abrangência, temporalidade, cooperação e eficácia.

Muito tempo foi perdido em torno de disputas conduzidas à margem dos dados científicos. Ao contrário dos que pretendem ver a luta ambiental na contramão do desenvolvimento, conceitos como “serviços ecossistêmicos”, “soluções baseadas na natureza”, “economia da floresta em pé”, “tecnologias sociais”, entre outros, mostram que a ciência está comprometida com o desenvolvimento também quando considera o cenário de solução dos problemas ambientais. No entanto, também é verdade que os dados científicos apontam que tais soluções dependem de ações em seus fundamentos. Assim, uma nova lógica dos investimentos públicos e privados, baseada na compreensão da imbricação entre desigualdade social e degradação ambiental, precisa ser defendida.

O papel estratégico das universidades

Nesse cenário as universidades têm uma responsabilidade destacada como ambientes de formação humana, produção de conhecimento, inovação tecnológica e desenvolvimento de políticas públicas. Mas para atender às demandas estratégicas de nosso tempo, as universidades precisam aprimorar sua abordagem do problema. A bandeira da sustentabilidade, exercida nas suas dimensões sociais, econômicas e ecológicas, conserva sua importância, mas seus alvos não podem mais ser colocados no futuro. Para atender à aceleração dos processos físicos planetários, eles precisam agora ser planejados em poucos anos, garantir a sustentabilidade de ponta a ponta, envolver mais pessoas em sua elaboração e execução e acontecer de forma coordenada com processos educativos e formativos da população.

Considerando a ameaça aos direitos humanos representada pelas mudanças ambientais globais, a Diretoria Executiva de Direitos Humanos dispõe de uma Comissão Assessora de Mudança Ecológica e Justiça Ambiental (**Deliberação CONSU-A-039/2020**) para ser “referência para pesquisas, atividades de ensino, extensão e gestão relativas a mudanças institucionais transformativas tendo em vista a defesa dos direitos humanos no enfrentamento das mudanças ambientais globais” (**Resolução GR-065/2021**). Desse modo, os 44 membros dessa Comissão Assessora gostariam de convidar a universidade a repensar seu compromisso com o presente, seja na gestão de todos os seus processos, seja na formação humana e produção de conhecimentos em todas as áreas.

A Unicamp já conta com experiências de sucesso na área como a iniciativa de gestão de resíduos que se encontra na origem de seu Grupo Gestor Universidade Sustentável (**Resolução GR-041/2014**), “mecanismo de estímulo à melhoria da qualidade sustentável dos espaços universitários” (**Resolução GR-029/2015**). É fundamental que sejam envidados esforços decisivos para o apoio e articulação de ações e projetos que permitam um salto quantitativo e qualitativo do engajamento da universidade com a cultura da justiça ambiental planetária vinculada aos direitos humanos e aos direitos da natureza. Essas ações precisam ser priorizadas em virtude da eficácia de seus resultados, do valor cultural que agregam à identidade universitária e do efetivo estímulo que representam para o potencial inovador do conhecimento produzido pela universidade e por seus egressos.

É preciso dizer que essa mudança qualitativa e quantitativa decisiva encontra terreno fértil no protagonismo que o Brasil certamente desempenhará, de forma cada vez mais decisiva, na reconfiguração do mundo exigida pela adaptação e pela mitigação às mudanças ambientais globais. Essa mudança traz oportunidades para que a universidade se coloque definitivamente no centro do pensamento disruptivo que se inicia em diversas partes do mundo. Com efeito, no campo da gestão, é importante destacar a iniciativa transversal da Universidade de Harvard que em setembro de 2021 criou uma Pró-reitoria de Clima e Sustentabilidade (Vice Provost for Climate and Sustainability), visando o “avanço da

sustentabilidade e da pesquisa climática a fim de criar o máximo de impacto localmente e através do globo”.

São incontáveis os avanços científicos de grande impacto realizados em função de trabalhos voltados para os mais diversos aspectos das mudanças ambientais, sendo notáveis também, no mesmo processo, o surgimento de novas áreas de pesquisa. Grandes universidades têm demonstrado evidente esforço de transformação interna e de protagonismo externo por meio de estruturas de incentivo e apoio a estas pesquisas como mostram o Yale Program on Climate Change Communication, que “realiza pesquisa e atua pelo engajamento público com a ciência das mudanças climáticas e soluções” e a Columbia Climate School que pretende “desenvolver e inspirar conhecimento baseado em soluções e educar futuros líderes para sociedades justas e prósperas em um planeta saudável”.

Diante desse panorama da situação planetária e das responsabilidades e possibilidades que se descortinam para as atividades fim que definem e orientam a universidade para a pesquisa, a docência e a extensão, gostaríamos de pedir que essa gestão envidasse esforços para que a **ambientalização da universidade** se torne uma realidade na Unicamp apoiando sua pertinência a nossas atividades, tomando por base os seguintes eixos fundamentais:

AÇÕES ESTRUTURANTES

1. Ambientalização curricular.

Em que consiste: Fomentar em todos os cursos oferecidos pela Unicamp e na integração entre ensino e extensão o compromisso com a Sustentabilidade integral (Mudanças Ecológicas e Justiça Ambiental), tomando por base o comprometimento com a ciência das mudanças ambientais.

Ações: Criação de Grupo de Trabalho para apresentação de proposta em 90 dias e sua subsequente discussão em todas as unidades envolvendo as três categorias de representação

Instâncias envolvidas: PRG, PRP, PROEC, CCG, EA2, DeDH.

Prazo para execução da proposta: 24 meses

2. Princípios norteadores de boas práticas sócio-ambientais

Em que consiste: Desenvolvimento de normativa a ser encaminhada para discussão e aprovação pelo CONSU com os princípios para a adequação das atividades da universidade às demandas da sustentabilidade e do enfrentamento às mudanças ambientais globais tendo em vista o compromisso com um planeta saudável, o apoio a ações de adaptação e mitigação e o aprofundamento da cultura da sustentabilidade, visando práticas internas e a relação da universidade com a sociedade.

Ação: Criação de Grupo de Trabalho

Instâncias envolvidas: Especialistas na temática de diferentes áreas (economia, saúde, biologia, ciências sociais, física, matemática, etc), GGUS, Campus Sustentável, DMA, Representantes externos da Unicamp na matéria, DeDH.

Prazo para execução da proposta: 12 meses

3. Revisão de práticas contratuais

Em que consiste: 1. Estabelecimento de cláusula rescisória em todos os contratos envolvendo compromissos relativos ao respeito aos direitos humanos e aos direitos humanos ambientais com foco na atuação do contratado tanto dentro da universidade como fora tomando por base, entre outros, a A3P (Agenda Ambiental da Administração Pública); 2.

Definição de princípios para o estabelecimento de compromissos contratuais que envolvam conhecimentos que garantam o pleno vigor dos direitos humanos e da sustentabilidade.

Ação: Criação de Grupo de Trabalho

Instâncias envolvidas: Procuradoria Geral, DGA, DEA, representação de unidades de ensino e pesquisa, Prefeitura dos Campi, DeDH.

Prazo para execução da proposta: 12 meses

4. Fazenda Argentina como instância estratégica

Em que consiste: Adequação global da fazenda a todas as demandas do futuro apontadas pelas novas condições ambientais com o objetivo de que ela se torne um exemplo de sustentabilidade integral para os demais espaços e processos da universidade e um modelo para a sociedade externa.

Ações: alinhar a discussão com a atividades e propostas conceituais das instâncias responsáveis pela sustentabilidade dos campi e pela ambientalização da universidade.

Instâncias envolvidas: DEPI, GGUS, Prefeitura dos Campi, DeDH, pesquisadores especialistas da área.

Prazo para execução da proposta: 12 meses

5. Apoio à pesquisa

Em que consiste: Priorizar investimento em projetos de pesquisa de impacto no campo do combate às mudanças ambientais globais, em particular, à emergência climática indissociáveis das pautas de Direitos Humanos e Justiça Ambiental.

Ações: Inclusão como critério avaliativo de resultados no campo da sustentabilidade socioambiental ou do desenvolvimento de uma cultura da sustentabilidade.

Instâncias envolvidas: PRP, Inova, DeDH.

Prazo para execução da proposta: 12 meses

6. Indicadores de sustentabilidade

Em que consiste: Maior controle da abrangência (diferentes unidades, atividades e demandas dos diversos segmentos) e da natureza qualitativa (efetividade na transformação de práticas e no impacto das ações na Unicamp) dos indicadores que demonstrem os bons resultados e sua inclusão decisiva no planejamento de ações de impacto da universidade.

Ações: avaliação dos procedimentos, desenvolvimentos de ferramentas, investimento em mudanças rápidas e impacto.

Instâncias envolvidas: DEPI, GGUS, DeDH, Campus Sustentável, DMA.

Prazo para execução da proposta: 12 meses

7. Instância articuladora

Em que consiste: Criação de uma instância dotada de orçamento que garanta a articulação e acompanhamento de debates e de ações para o desenvolvimento de processos coerentes e integrados, tendo em vista resultados estruturantes.

Prazo para execução da proposta: 06 meses

APOIO ÀS AÇÕES ESTRUTURANTES

1. Criação de um ambiente virtual para divulgação de sumários de pesquisas tendo como objetivo Policy Makers e Business Leaders, à semelhança do que fazem os sumários publicados pelo IPCC e IPBES.
2. Apoio ao alinhamento e à aceleração de projetos de adequação da Unicamp, por meio de seu reconhecimento como dimensão de nossas atividades fim.
3. Estabelecimento de plano de trabalho e cronograma para adequação ao compromisso da adesão à Declaração de Emergência Climática firmado em 2021, envolvendo: DEPI, GGUS, Prefeitura, Escritório Campus Sustentável, diretores de unidades, DeDH
4. Apoio financeiro e incentivo para que as unidades discutam na perspectiva interdisciplinar o impacto das mudanças ambientais globais em todas as suas dimensões (cidadania, ciência, saúde, educação, etc) por meio de eventos regionais, nacionais e internacionais de impacto.
5. Envolvimento das direções de Unidades e órgãos em um plano de metas ambicioso baseado na conscientização científica e no interesse do progresso da ciência
6. Capacitação massiva da Comunidade da Unicamp no tocante às mudanças ambientais globais.

Comissão Assessora de Mudança Ecológica e Justiça Ambiental
DeDH/Unicamp

Profa. Dra. Neri de Barros Almeida
Presidente